

ideias &

O VALE

DIRETOR RESPONSÁVEL **FERNANDO SALERNO**
EDITOR-CHEFE **HÉLCIO COSTA**

EDITORA-EXECUTIVA **SHEILA FÁRIA**
CHEFE DE REPORTAGEM **MARCOS MEIRELLES**

CIRCULAÇÃO
Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira, Litoral Norte de São Paulo
e no Sul de Minas Gerais

ENDEREÇO
Av. Samuel Wainer, 3735 - Jardim Augusta
São José dos Campos - SP - CEP 12216-710
TEL. (12) 3909-3909 - Fax (12) 3909-3910

EDITORIAL

Gerar Renda

VIA RÁPIDO EMPREGO CRIA UM NOVO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL

O programa Via Rápido Emprego, com a oferta de 2.132 vagas de capacitação profissional na região, é uma iniciativa importante do governo do Estado para qualificar mão de obra e fazer com que o ciclo de expansão econômica do país beneficie uma parcela maior da população.

Os cursos de curta duração são destinados aos desempregados com baixa qualificação, para facilitar a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda. Os candidatos selecionados recebem material didático, subsídio para o transporte e bolsa auxílio de R\$ 210. Dessa forma, a administração estadual vai além dos tradicionais programas de transferência de renda. Para que o Via Rápido Emprego tenha efeitos duradouros e um alcance significativo, no entanto, será preciso ampliar consideravelmente a oferta de vagas, criar mecanismos para a absorção da mão de obra e conciliar a iniciativa com outros projetos de qualificação profissional e transferência de renda.

A gama inicial de cursos do Via Rápido Emprego é promissora. Os interessados podem se especializar como garçons, mecânicos, padeiros, pedreiros e até como montadores e técnicos de manutenção de computadores. O problema é que a porta de saída para o mercado de trabalho não está assegurada e a exigência de experiência anterior pode limitar a meta de inclusão social. Em São José, por exemplo, o Prodec oferece cerca de 5.000 vagas por ano em cursos profissionalizantes, mas seu alcance é restrito entre os setores mais aliados do processo produtivo.

De qualquer forma, o governo Geraldo Alckmin dá um passo significativo no sentido de buscar a superação da divisão da sociedade brasileira entre grupos produtivos e improdutivos. Fica claro que não existe uma dicotomia entre estabelecer mecanismos de ajuda financeira e estimular a geração de renda. Algo que o governo federal, apesar das promessas da presidente Dilma Rousseff (PT), ainda não conseguiu materializar.

Wagner Giron de la Torre
Defensor público do Estado de São Paulo

Termelétricas e democracia

Na recente lei paulista que rege a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (Lei 13.798, de 9 de novembro de 2009), divisamos dois direitos fundamentais: primeiro, o direito inalienável à informação sobre qualquer obra pública ou privada que possa causar impacto ao meio ambiente, e, segundo, a obrigação estatal de investir em produção de energia limpa, com redução de 20% na emissão de gases nocivos ao efeito estufa até 2020.

Embora essenciais e cristalinos, esses direitos não são respeitados. É que, para dar cabo do enorme volume subutilizado de gás natural importado da Bolívia, os governos federal e estadual estão tentando impor, a toque de caixa, a instalação de várias termelétricas na região. Alguns chegam a apontar até sete desses mecanismos altamente poluidores. Na ausência de transparência governamental sobre o

tema, esses rumores podem ser aceitos como verdadeiros.

De concreto, além de um projeto, já conhecido, de construir-se uma dessas unidades obsoletas de geração de energia em Santa Branca, temos informes sobre planos governamentais de instalar usinas termelétricas em São José dos Campos e em Canas, ambas de grande porte, com imenso potencial de emissão de gases de efeito estufa, de proliferação de patologias respiratórias sobre toda a região e aniquilamento da já superexplorada bacia do rio Paraíba do Sul, onde será captada a água para o sistema de resfriamento dessas usinas.

Não obstante os indiscutíveis impactos socioambientais dessas fontes de energia, o que se assiste é a total ausência de debates e controle social acerca desse tema de vital importância, considerando que o Vale do Paraíba naturalmente apresenta enorme dificuldade para dispersão de po-

luentes e, por avaliação oficial da Cetesb, apresenta condição atmosférica hiper-saturada por já abrigar incontáveis fontes poluidoras.

Para se ter uma ideia, em São José os poderes constituídos não promoveram nenhuma audiência pública sobre o projeto, cujo potencial poluente será exponenciado pela queima de lixo. No que diz respeito à termelétrica de Canas, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente realizou uma única audiência protocolar, sem divulgação necessária, de forma quase que sub-reptícia, para discutir um tema que requer debate muito mais amplo e sério, já que os impactos dessas fontes de energia cuja terra escala global.

Para tentar conscientizar a população e promover o debate até agora sonogado, a Defensoria Pública Regional de Taubaté e várias entidades da sociedade civil estão organizando reuniões e seminários sobre o tema, enfrentando as

dificuldades que todos aqueles de lutam pelo fortalecimento dos princípios democráticos vivenciam neste país – como o ocorrido em Canas, no dia 6, quando os debates tiveram de acontecer em uma rua porque a administração local, utilizando de seu aparato político e de ameaças das mais variadas matizes, impediu que cidadãos disponibilizassem um espaço para o evento.

Das reflexões sobre o tema, a indagação que aflora é para quais interesses se vergam os formuladores de políticas públicas, quando fogem do debate democrático como o mafarrico se evade da cruz.

Antes que nossos gestores cometam a insânia de facilitar, com insólita celeridade, a instalação dessas termelétricas, se faz necessária uma prévia e ampla discussão sobre a capacidade de a região, já saturada com tantas fontes poluentes, poder absorver o custo sanitário e ambiental dessas fontes sujas de energia.

Alexandre Blanco
Presidente do diretório do PSDB de São José dos Campos

Novos desafios

Com os bons resultados eleitorais obtidos em 2010 e passadas as eleições internas que elegeram os novos diretórios municipais, estaduais e a direção nacional do PSDB, o partido começa agora a sua preparação para enfrentar as eleições municipais em todo país, e deve refletir sobre quais serão seus novos desafios.

Como partido que polariza há muitos anos as eleições com o PT, o PSDB pôde, no último pleito, comemorar vitó-

ria em oito estados, que juntos somam hoje 64,2 milhões de brasileiros – a lista inclui estados como São Paulo e Minas Gerais, que concentram 41% do PIB nacional.

Rumo às eleições municipais que acontecerão em 2012, o primeiro desafio enfrentado foi justamente realizar as convenções para eleger as novas direções partidárias, dentro de um processo amplamente participativo e democrático de escolha, o que assegurou a imprescindível unidade do partido.

O segundo desafio será ouvir os anseios da população para os próximos anos, para que o partido possa elaborar com clareza seus planos estratégicos para cada município do país, com a sabedoria para defender a continuidade de suas boas administrações, mostrando as conquistas e as vantagens do jeito tucano de governar, com honestidade, seriedade e responsabilidade com o dinheiro público, valores cada vez mais raros na política nacional.

Da mesma forma, deverá

também encontrar os mecanismos de construir as candidaturas de oposição mostrando as diferenças de propostas e de valores éticos.

Por fim, um partido com 23 anos de fundação não pode deixar de trabalhar constantemente na busca de novas lideranças políticas, que gerem renovações de ideias.

Assim, o PSDB certamente continuará a ser um partido de oportunidades iguais para todos, atento aos novos desejos dos eleitores e inovador em suas realizações.

A FRASE



“Para atingir um ensino universal de qualidade, devem-se aumentar os recursos [do setor]”

MÁRCIO POCHMANN
PRESIDENTE DO IPEA, SOBRE O ENSINO PÚBLICO NO BRASIL

HUMOR

por Rico



CARTADOLEITOR

Avibras

Esse contrato do Ministério da Defesa com a Avibras vem em boa hora. Mas ainda acho que o problema da empresa está na administração.

A Avibras não deveria concentrar-se no setor bélico somente. Se tem tecnologia, que diversifique, passando a fabricar máquinas agrícolas, guindastes, carros para transporte de valores, carros para combate a incêndio e, quem sabe, até mesmo equipamentos para diagnósticos médicos. Se isso tivesse sido feito pela Engesa e Tecnasa, por exemplo, talvez essas duas não iriam a falência, como foram.

Outra empresa que poderia seguir esse campo é a Tecsat.

JOÃO FELIPPE JUNIOR
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Arena

Mais uma vez quem perde com o atraso nas obras da Arena de Esportes são os moradores. Parece que a pressa está impedindo a atual administração de fazer muitas coisas, e outras estão sendo feitas erroneamente. Depois a população tem de conviver com os atrasos nas obras, o pagamento de multas, a falência das contratadas, e obra pronta mesmo que é bom, nada.

ARIOVALDO SILVA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Publicidade

Considerando a dimensão do valor negociado entre a Prefeitura de São José e a Regional Marketing, acho que deveria ser feita antes uma cotação de preços por parte do governo, pensando na redução de gastos e na abertura de oportunidades para outras empresas do ramo.

ALISSON LEITE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Som alto

Com relação à matéria “Música alta é proibida no transporte público”, gostaria de acrescentar que, quando propus a lei, tive como preocupação o incômodo que o som alto ocasiona

às outras pessoas e aos próprios motoristas e cobradores, que ficam expostos o dia todo a isso – às vezes, com várias músicas ao mesmo tempo, o que pode comprometer a concentração necessária ao trabalho.

JEFFERSON CAMPOS
PRESIDENTE DA CÂMARA DE TAUBATÉ

Cigarro

Da mesma maneira que deve ser tratada a questão do mototaxi, com consulta e participação da sociedade, deve ser a questão da proibição de tabagismo em praças públicas, como pretende um vereador de São José dos Campos. Já é proibido o fumo em locais

fechados, elevadores e varandas de prédios, além de pontos de ônibus, o que é positivo.

Mas proibir também nas praças públicas é não reconhecer que o tabagismo é um vício e que as pessoas não podem, simplesmente, parar de fumar. Temos que pensar no tratamento, e não na proibição. Talvez destinar locais para os fumantes nas praças seria de bom alvitre. Todos que fumam sabem do mal que provocam a si e aos outros, e continuam porque estão dependentes e porque o Estado, até pouco tempo atrás, permitia propagandas que indicavam que fumar era bacana. Da mesma maneira que os par-

ques combinam com lazer e crianças, as prefeituras e Câmaras combinam com ética, honestidade, produtividade e respeito ao eleitor, mas nem sempre isso acontece. Os políticos devem entender que são representantes do povo, e não de suas próprias convicções.

JOSÉ RENATO AZEVEDO LUIZ
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

As opiniões emitidas pelos colunistas e leitores são de responsabilidade deles próprios, e não traduzem o posicionamento de OVALE

AS CARTAS DEVEM CONTER IDENTIFICAÇÃO, TELEFONE E ENDEREÇO. AS CARTAS PODERÃO SER RESUMIDAS PELA REDAÇÃO